

A FAMÍLIA DO PONTO DE VISTA PSICOLÓGICO: LUGAR SEGURO PARA CRESCER?

Rosa Maria Macedo

Coordenadora do Núcleo de Família e Comunidade da PUC-SP

RESUMO

Inicialmente, o texto apresenta uma discussão a respeito do conceito genérico de família no senso comum e no campo científico. Procura situar a família na área da Terapia Familiar, utilizando o referencial sistêmico com uma visão construtivista/construcionista e realizar uma análise das transformações que a família tem apresentado a partir das mudanças contextuais. Usa como eixo norteador para esse fim universais como: ciclo vital, etnicidade, cultura, gênero e nível sócio-econômico. Conclui ressaltando a peculiaridade dos padrões interacionais da família de cada um e alertando o terapeuta para a necessidade da construção conjunta de alternativas diante dos problemas que ela própria não conseguiu superar.

CONCEITO DE FAMÍLIA — PSICOLOGIA — TERAPIA FAMILIAR

ABSTRACT

THE FAMILY FROM THE PSYCHOLOGICAL VIEW: A SAFE PLACE TO GROW?

Initially, the text discusses the generic of the family in the ordinary sense and in the scientific field. It tries to situate the family in the area of Family Therapy, using systemic reference with a constructivist/constructionist view and analyses the transformations in a family based upon changes in time and place. For this, universals such as the life cycle, ethnicity, culture, gender, and socio-economic level are used as its guiding axis. It concludes by emphasizing the peculiarity to the family interactive standards of each one and alerts the therapist to the need to build alternatives conjointly with the client for the problems she herself has not been able to overcome.

Quando no cotidiano se faz referência à família, as pessoas envolvidas na conversação compreendem logo o que está sendo referido. Isto é, há um consenso no que diz respeito ao conceito de família, que implica a idéia de uma entidade composta de certos membros — pai, mãe, filhos — com determinadas responsabilidades — procriar e cuidar da prole.

Em termos de estrutura e função, entretanto, nota-se algo mais no imaginário coletivo: a atribuição à família de qualidades ideais que se referem ao refúgio seguro para onde se volta depois das batalhas do cotidiano — lugar de paz, amor e harmonia entre as pessoas, onde reina a camaradagem, a fraternidade.

Na construção das subjetividades, esse ideal de família, mitificado através dos séculos, permanece fortemente presente hoje como aquilo que é desejável. Embora a experiência vivida no seu seio contradiga essa visão idealizada, ela se mantém como uma expectativa, um modelo, um lugar seguro para crescer.

Entre os especialistas do campo das ciências sociais e humanas, há igualmente um consenso quanto a conceituar a família de forma genérica. Ela é vista como unidade social cuja função é a socialização das crianças por meio da educação e da transmissão da cultura, portanto, um poderoso agente para manutenção da continuidade cultural, isto é, um valor social universal. Desse ponto de vista, é um dos organizadores da sociedade, na medida em que define os estilos de vida, dando substância à ação. A permanência desse modelo como valor qualifica e mapeia as relações sociais nas várias situações em que ocorre (Carneiro, 1986).

Assim, na sociedade em geral, a família é vista como uma entidade que situa e legitima o indivíduo em seu espaço social, tendo essa função maior importância quanto mais uma sociedade é orientada para a família, como a brasileira. Aqui, o modelo de família que povoou até bem pouco tempo o imaginário dos cientistas sociais e serviu de referencial para seu trabalho (família patriarcal do Brasil Colônia) também é um mito, um grande arquétipo construído em nome das elites (Samara, 1991).

Essa reflexão aponta para o caráter eminentemente construído da realidade familiar, cujo conceito pode variar indefinidamente tanto em nível do senso comum como dos especialistas, em função do contexto. Quando, porém, a questão for a família como objeto de estudo e intervenção do psicólogo, é necessária a explicitação de referências conceituais, a fim de orientar o trabalho para que ele possa fazer parte do discurso dos especialistas que constituem essa comunidade científica.

Sendo assim, uma definição genérica de família é dispensável, na medida em que, como sujeitos da experiência familiar, cada pessoa tem sua concepção particular fortemente influenciada pela idealização. Quanto aos estudiosos do assunto, cada qual no seu campo de conhecimento atribui significados à família, ou a define de acordo com as categorias operacionais condizentes com a sua perspectiva.

Nesse sentido, pode haver tantas definições quantas categorias, bastando indicar com que critério foram escolhidas. Assim, família tem sido definida enquanto relações biológicas, de consangüinidade, padrões de residência, códigos legais, depositária da cultura, função socializadora, educativa e tantos outros critérios prefixados de acordo com os objetivos de cada um. Mesmo que as construções teóricas dos especialistas não sejam totalmente compatíveis com as concepções correntes de família que eles próprios possuem, não há maiores dificuldades quando se distingue o lugar de onde se está falando.

Grande problema pode ocorrer quando família for tomada como uma realidade em si, independente do sujeito que a concebe, como no paradigma positivista, o que teria como consequência imediata sua naturalização: família é assim e assim é como ela deve ser...

Além da naturalização que encara o fenômeno como expressão da verdade, outro problema pode ocorrer quando diferentes modelos de discurso se cruzam, como, por exemplo, quando famílias e clínicos se encontram na terapia familiar.

Aí, então, surge a necessidade das especificações.

A FAMÍLIA NA PSICOLOGIA

A família é, para a Psicologia, revestida de uma importância capital, dado que é o primeiro ambiente no qual se desenvolve a personalidade nascente de cada novo ser humano. Assim, a família é vista como o primeiro espaço psicossocial, protótipo das relações a serem estabelecidas com o mundo. É a matriz da identidade pessoal e social, uma vez que nela se desenvolve o sentimento de pertinência que vem com o nome e fundamenta a identificação social, bem como o sentimento de independência e autonomia, baseado no processo de diferenciação, que permite a consciência de si mesmo como alguém diferente e separado do outro. O pertencer é constituído, por um lado, pela participação da criança nos vários grupos familiares, ao acomodar-se às regras, padrões interacionais e compartilhar da cultura particular da família, que se mantém através do tempo, como mitos, crenças, hábitos... (Minuchin, 1976).

Já o diferenciar-se é construído, por um lado, pela ocupação de diferentes posições no seu seio: o filho também é irmão, sobrinho, afilhado, primo; por outro lado, pela participação de grupos extrafamiliares: escola, clube, amigos, e adquirindo toda a informação sobre os diferentes grupos sociais, usos, costumes, através dos meios de comunicação.

Justamente por sua natureza, a Psicologia procura definir a família diferenciando-a de outros grupos sociais, pelo fato de os indivíduos que a compõem estarem ligados por fortes laços de afeição e lealdade, não sendo a afiliação passível de demissão — nela

só se entra através do nascimento, adoção e casamento e só se sai pela morte (concretamente falando, porque permanece na lembrança).

Portanto o que caracteriza fundamentalmente a família são as relações de afeto e compromisso e a durabilidade de sua permanência como membro.

O propósito da família seria prover um contexto que supra as necessidades primárias de seus membros, referentes à sobrevivência — segurança, alimentação e um lar —, ao desenvolvimento — afetivo, cognitivo e social — e ao sentimento de ser aceito, cuidado e amado.

Satisfazer tais necessidades é fundamental para o desenvolvimento da personalidade e depende da capacidade da família para construir estrutura e relações adequadas. Esta estrutura — que aqui se refere aos membros que a compõem em termos de idade, sexo, ordem de nascimento e organização — deve ter flexibilidade suficiente para atender as necessidades evolutivas de seus membros.

Considera-se suficientemente boa a família que provê um ambiente saudável em termos do impacto das relações mãe-criança, pai-criança, enfim relações entre todos os que são significativos. Dessa forma, a criança terá na família suficiente suporte e provimento afetivo (além, claro, do de subsistência), o que a torna um lugar seguro para crescer.

Como objeto de estudo da Psicologia, a família até bem pouco tempo era vista como variável interviniente nas pesquisas sobre relações entre pais e filhos, entre irmãos, entre o casal e suas conseqüências para os demais membros (Macedo, 1993).

A família referida é geralmente a nuclear (pais, mãe, filhos), sendo raríssimos os estudos que têm como objeto a família extensa, sobretudo incluindo membros de gerações anteriores (avós, por exemplo) a não ser quando vivem na mesma casa da família nuclear. É importante notar aqui a força do ideal de família de que já se falou, pois, pelas práticas das relações familiares, no Brasil, a convivência ou proximidade dos membros de diversas gerações é muito grande, mas parece só chamar atenção nos casos em que as avós substituem as mães no cuidado da casa e dos netos, como é muito comum nas famílias chefiadas por mulheres, uniparentais ou de baixa renda, no capítulo de cuidados alternativos da prole.

Foi por influência da prática em Terapia Familiar que a Psicologia centrou seus interesses na família como objeto, sendo hoje comum o estudo de padrões interacionais, sobretudo na Psicologia Clínica, que ultimamente começa a oferecer uma produção acadêmica regular nesse campo (Macedo, 1993).

A ORIGEM DAS CONSTRUÇÕES SOBRE A FAMÍLIA MODERNA

O "sentimento de família" (Ariès, 1973), tão conhecido no século XX, resultou de uma transformação da família que passou de realidade moral e social a reali-

dade afetiva ocorrida em fins do século XVIII e início do XIX, produto de uma revolução qualitativa no terreno das representações mentais, ocorridas concomitantemente a outras importantes revoluções sociais, econômicas e políticas da época.

A partir do século XVI, com o aparecimento do sentimento de infância e com o advento da burguesia, delinea-se uma organização de família nuclear, centrada na privacidade e na educação das crianças. Essa família serviu de base para que "os tradicionalistas do século XIX inventassem a conhecida família patriarcal", incluindo aqui Gilberto Freire, que descreve a tradicional família patriarcal brasileira em *Casa grande & senzala* (Carneiro, 1986).

São características dessa família: o amor conjugal e entre pais e filhos, a monogamia, a fidelidade, o cuidado intenso da prole no sentido de protegê-la e educá-la de acordo com os princípios da moral, da higiene e dos bons costumes. Enfim, é um lugar de refúgio, de proteção, de lealdade e amor, respeito à autoridade do pai, provedor e responsável pelo bem-estar da família (Poster, 1979).

Esse modelo, inicialmente restrito à burguesia, passa a ser um ideal para a classe operária após o primeiro período da industrialização e se dissemina como representação social da família e modelo idealizado da mesma.

DA FAMÍLIA GENÉRICA À FAMÍLIA DE CADA UM

Consideradas de um lado as necessidades primárias do ser humano, em termos do seu desenvolvimento psicológico e, de outro, as características da função da família reconhecida como a unidade social responsável pelo atendimento dessas necessidades, em termos de prover um ambiente desejável para que esse desenvolvimento se dê, a questão que se apresenta é: como isso ocorre?

Ou, dito de outra forma: se se pode falar genericamente da família em termos teóricos, quando há intersecção do domínio teórico com a prática, seja em termos de intervenção ou pesquisa, é necessário considerar a família de cada um, ou tipos específicos de famílias, para tornar possível essas tarefas. Então, depara-se com um sem-número de dificuldades. Em primeiro lugar, é preciso saber a que família se está referindo.

Já se viu que o conceito genérico de família implica idealizações e normatizações que dão origem a mitos, crenças, expectativas que não resistem ao olhar mais rigoroso do especialista quando a toma como objeto de sua prática.

A que família referir-se? À família nuclear: pai, mãe, filhos? E avós, tios, não são parte da família, como família extensa? E as famílias chefiadas por mulheres ou as constituídas pelo pai com os filhos (famílias uniparentais ou de pais singulares) como ficam? Como são as famílias de baixo poder aquisitivo

onde a satisfação das necessidades de subsistência é difícil, às vezes impossível?

Pode-se falar numa família brasileira? A História de vanguarda, segundo Samara (1991), já mostrou que a família patriarcal brasileira típica é um mito, construído a partir de uma classe social reduzida, de uma reduzida região brasileira. Além disso, dada a enorme corrente imigratória para o país, como considerar as diferentes famílias de origem japonesa, italiana, alemã, polonesa e todas as demais? Não seriam as famílias afetadas de diferentes maneiras pelas crises econômicas, recessão, desemprego, falta de moradia, diferenças de classe e poder aquisitivo? Seria a família atual diferente da família do passado? Melhor ou pior?

Supõe-se que as grandes mudanças ocorridas nas últimas décadas tenham influenciado diretamente a chamada família tradicional no sentido da modernização (Figueira, 1986). Entre elas são fundamentais as questões de gênero, envolvendo modificações na posição da mulher na sociedade e na família, as relações de casamento, com a legalização do divórcio, relações homossexuais, o comportamento reprodutivo que permite não só o controle da natalidade mas possibilita ao casal ter filhos se e quando quiser, a divisão do trabalho com a ocupação do espaço profissional pelas mulheres. Entretanto, o que mostram as pesquisas é a dificuldade do comportamento acompanhar a mudança das idéias e da convivência do novo com o arcaico (Figueira, 1986).

Todas essas questões apontam para a diversidade da família que é vivida pelos sujeitos e reforçam a necessidade de se considerarem os arranjos familiares específicos ou a "família à brasileira" no dizer de Samara (1991), que tem se dedicado a estudos das peculiaridades da família nas diversas regiões do país no campo da pesquisa histórica.

A FAMÍLIA DA TERAPIA FAMILIAR

Segundo uma visão construtivista/construcionista, o processo de construção da realidade se dá nas rotinas de interação e trocas sociais do cotidiano, no curso do ciclo vital de várias gerações.

Na prática da intervenção terapêutica e/ou preventiva é necessário levar em conta os construtos da família, sua visão de mundo e de si própria, que serão compartilhadas no processo que implica a reconstrução conjunta, terapeuta/família, não se esquecendo que o terapeuta tem uma dupla visão de si mesmo: como membro de uma família e como "expert". (Reiss, 1981; Slusky, 1983)

A complexidade da tarefa é maior quando as concepções do especialista não se encaixam com o conceito das famílias e as visões de si mesmas que elas trazem para a terapia, embora possam até pertencer ao mesmo segmento social, grupo econômico, étnico etc.

O trabalho clínico com famílias implica compartilhar com elas seus constructos, compreendê-los, elucidá-los e com elas co-construir visões alternativas, contextualizadas, promotoras de mudanças que sejam de molde a dissolver os problemas que fazem parte da história que contam.

Para tanto, é preciso que o terapeuta/pesquisador tenha uma visão de mundo e uma postura estética compatível com a diversidade, sem, no entanto, perder de vista a unidade do fenômeno em construção para não cair em posições não éticas, indesejáveis, como o absolutismo das "verdades" estabelecidas, o nihilismo da impossibilidade de conhecer, o relativismo radical que prejudica qualquer diálogo e consenso por aceitar igualmente qualquer posição sem compromisso com nenhuma. A posição ética desejável é aquela em que, aceitando a multiplicidade das interpretações, assume-se uma postura flexível frente às mudanças, na base da conversação, da busca de consenso ou da negociação conscienciosa e respeitosa das diferenças, para que haja oportunidade de surgimento do novo.

Assim, preconceitos, estereótipos, idealizações, também produto de construções sociais da realidade, devem ser necessariamente reconhecidos como tais, para que o trabalho terapêutico e/ou de pesquisa se realize de maneira adequada e tenha resultados, como produção de conhecimento, que possam ser validados pela comunidade de pares.

Isso não significa que o terapeuta/pesquisador não possa ter um referencial teórico que permita a definição e operacionalização dos construtos fundamentais que orientam seu fazer, suas práticas, nas diversas atividades particulares em que se engaja.

Espera-se, pois, que o especialista apresente alto grau de flexibilidade, abertura de visão e domínio da área, além de clareza e responsabilidade pela posição que assume, para poder participar do diálogo com a família em consulta, por um lado, sem se perder ou se deixar apanhar nas armadilhas do sistema terapêutico (família mais terapeuta) e, por outro, com seus pares, explicitando com clareza os referenciais que permitam e direcionem as discussões sobre as diferenças de perspectiva.

Se o construtivismo/construcionismo como visão de mundo permite uma leitura da realidade que implica a unidade na diversidade, o referencial sistêmico dá subsídios para uma compreensão da estrutura e da dinâmica familiar, tendo como foco as relações interpessoais.

Esse referencial, acrescido do desenvolvimento da Teoria da Comunicação, dos Jogos e Tipos Lógicos, além da compreensão da Cibernética, tornou possível a constituição da família como um domínio do conhecimento, um objeto de pesquisa e intervenção em si e não como pano de fundo, como apenas o lugar das ocorrências e influências envolvendo pais, filhos, irmãos etc. Desse ponto de vista, a família é um "sistema aberto em transformação: quer dizer que está constantemente recebendo e emitindo *inputs* do e para o extrafamiliar" (Minuchin, 1976. p.50). Isso sig-

nifica que se pode aplicar à família todas as características dos sistemas, discriminadas a seguir.

- É um todo organizado cujas partes são interdependentes, isto é, na família como sistema não se enfocam os indivíduos como tais, mas como "eus" relacionais interatuantes, constitutivos desse sistema familiar: cada um é filho, o irmão mais velho, mais novo, pai, marido, mãe...
- Todo sistema é formado de subsistemas que são *holons*, isto é, ao mesmo tempo que funcionam como parte de um sistema, possuem também as qualidades de sistemas, como por exemplo, o subsistema de irmãos, o parental, conjugal, subsistema masculino (pai e filhos) etc.
- As relações entre subsistemas são governadas por regras e constituem padrões de interação. Estes seriam os modos resultantes das interações, tanto intra como inter-sistemas, incluindo aqui o sistema social amplo (Minuchin e Fishman, 1976).
- Portanto, as regras são formadas nas próprias relações, envolvendo todos os participantes; são recorrentes e tendem à estabilidade, sendo mantidas por todo o sistema.
- Como há limites ou fronteiras entre os subsistemas, geralmente as regras para as relações através das fronteiras são implícitas.
- Como diz Minuchin (1976), as expectativas mútuas entre os membros de uma família são um dos maiores freios a mudanças de padrões comportamentais e, quando algum membro da família quebra alguma regra já estabelecida como padrão, há reações contrárias no sistema, no sentido de resistência a mudanças. Da mesma forma, quando ocorrem situações difíceis, de desequilíbrio, como uso de droga, por exemplo, são comuns os apelos à lealdade familiar ou cobranças de não-cumprimento das expectativas quanto aos papéis desempenhados, como manobras para restaurar o equilíbrio (situação conhecida, habitual).
- A circularidade é uma característica básica dos padrões de interação, isto é, tais padrões não são as resultantes de seqüências lineares de comportamento-causa/comportamento-efeito, mas sim de um conjunto de *feedbacks* recursivos, formando uma teia de relações em que as mesmas pessoas ocupam diferentes posições nas relações com cada uma das outras, resultando padrões transacionais diferentes, como as figuras de um caleidoscópio. Por exemplo, uma posição de autoridade em relação a um filho: nesta posição, ele deve ceder à mesma espécie de poder que provavelmente sente quando interage com o irmão menor (Minuchin, 1976).
- Os sistemas tendem à estabilidade, enquanto, por outro lado, são dotados de um grande potencial de mudança. Estabilidade e mudança dizem respeito a uma qualidade inerente dos sistemas; a auto-organização, que, por sua vez, é expressão do alto potencial de flexibilidade, plasticidade e adaptabilidade que pode resultar em uma auto-renovação criativa

do sistema. Ser estável não significa ser estático, pois o sistema flutua o tempo todo corrigindo os desvios através de mecanismos de *feedbacks* negativos para manter a estabilidade dos padrões, ou ampliando os desvios, para criar novos padrões (Watzlawick, 1967). Esses dois tipos de mudança são conhecidos respectivamente como mudança de primeira e segunda ordens.

- Estabelecer regras para limitar a hora de chegada de um adolescente em casa é uma mudança de primeira ordem; dar a chave da casa e discutir princípios de responsabilidade pessoal, quanto a sair de ou chegar em casa, é uma mudança de segunda ordem porque supõe um salto qualitativo em direção à autonomia do jovem.

Todos esses princípios são aplicáveis às relações na família, sejam triangulações, alianças, coalizão, regras, tipos de comunicação, mensagens, mandatos de lealdade, proximidade, distância, repetição de modelos, enfim, toda a gama relacional.

MUDANÇAS DA FAMÍLIA NUM MUNDO EM MUDANÇAS

O modelo apresentado para a compreensão da família tem na mutualidade das inter-relações seu ponto-chave. Em decorrência, percebe-se imediatamente que a família evolui junto com seus membros no decorrer do ciclo de vida das gerações sucessivas, assumindo particularidades específicas em cada momento dessa evolução.

Assim como a família genérica muda e se adapta às circunstâncias históricas, características sociais, econômicas e injunções de poder, também a família de cada um está sujeita a todas as pressões do contexto em que se insere, além das pressões internas relativas ao desenvolvimento dos que a constituem. A mudança de cada membro implica mudanças no sistema total.

Uma das perspectivas que orientam a compreensão das relações familiares intra e inter-sistemas, bem como as possíveis ações interventivas, é a de ciclo vital. Suas raízes situam-se na Sociologia da Família e Psicologia do Desenvolvimento e tem a criação dos filhos como elemento organizador da vida familiar. Seu valor consiste em oferecer um quadro de referência, não uma norma, baseado nas expectativas do cumprimento, pela família, das tarefas evolutivas que asseguram o desenvolvimento "saudável" de seus membros, nas diversas etapas da vida familiar.

Nesse processo evolutivo, pode-se detectar uma série de pontos de transição entre sucessivos estágios, responsáveis por um aumento de estresse que permite falar em crises previsíveis, e tornam a família mais suscetível ao aparecimento de problemas que nem sempre ela consegue manejar. É função do terapeuta ajudá-la a encontrar alternativas possíveis mediante a co-construção de novas realidades.

A dificuldade está no fato de que os diversos membros da família se encontram em pontos diferentes do ciclo de vida e cada virada desse caleidoscópio resulta numa mudança na posição de todos. Alguns pontos de virada que tornam a família mais vulnerável são, por exemplo, o nascimento do primeiro filho, que transforma o casal em pais, seus pais em avós; o filho na adolescência que supõe pais entrando na meia idade, tendo que rever seus valores quanto a sexo, profissão, projeto de vida; o casamento dos filhos, o nascimento dos netos, a aposentadoria, entre outros. Não importa de que direção venha o impulso de modificação, todos os subsistemas devem mudar quanto aos padrões interacionais, atitudes afetivas, dispensa de cuidados, autonomia, relações com a família extensa.

Quando não há no sistema recursos suficientes, por uma série de razões, para implementar as mudanças necessárias, aparecem os sintomas. O membro com problema seria o porta-voz do sistema, sendo possível notar, em geral, uma rigidificação dos padrões existentes, inadequados à situação.

Não se pode esquecer nesse processo evolutivo a influência de fatores "herdados", isto é, segredos, crenças, mitos, idiosincrasias familiares que vêm de gerações anteriores e que também são passíveis de provocar estresse, tendo efeitos altamente potencializadores quando incidem em pontos de transição, por si já estressantes. Acrescente-se a isso os fatores externos: crises sociais, desemprego, problemas econômicos e doenças graves ou incapacitantes, morte prematura de um membro, catástrofes da natureza como incêndios, terremotos, enchentes, que são imprevisíveis, porém igualmente causadores ou potencializadores de estresse.

A literatura é rica em considerações sobre as expectativas ou tarefas evolutivas da família, tendo como referência a família de classe média, considerada, freqüentemente, como a continuidade natural da família patriarcal burguesa, centrada na criação de filhos.

Hoje, entretanto, com o aumento da expectativa de vida, a diminuição da taxa de nascimentos, o tempo dispendido pela família com a criação dos filhos, é significativamente menor, ou seja, enquanto no passado essa tarefa ocupava toda a vida ativa dos adultos, atualmente pode ocupar menos da metade desse período (Carter e McGoldrick, 1989).

As mudanças do papel da mulher na sociedade e na família também geram grandes alterações no ciclo vital da família. Hoje, as funções de esposa e mãe que a envolviam prioritariamente deixaram de ser sua prerrogativa exclusiva; hoje, a mulher procura firmar sua identidade pessoal além do reino do lar, buscando satisfação na execução de projetos pessoais que envolvam um trabalho profissional, uma carreira. Um dos casos mais freqüentes de famílias de classe média alta com problemas são as famílias com dupla carreira, pelas dificuldades e conflitos entre os papéis de pais, esposos e profissionais. Assim, as mulheres estão tendo filhos mais tarde, menos filhos ou mesmo optando por não tê-los.

As separações ocorrem com maior freqüência tanto no início do casamento como na adolescência dos filhos, em geral a pedido das mulheres. Surgem então as famílias unoparentais, freqüentemente chefiadas pelas mães com os filhos, embora já haja alguma incidência de pais que fazem questão de ficar com a guarda dos filhos. Em geral, as mulheres recasam menos que os homens após uma separação; no entanto, as etapas que antecedem um recasamento entre parceiros com filhos de casamento anterior e a própria adaptação a esse novo lar são problemáticas específicas enquanto padrões interacionais.

O comportamento sexual dos jovens também tem se modificado e com isso mudado as características da chamada família tradicional. Não há mais (pelo menos em termos de valor) o tabu da virgindade. A atividade sexual começa mais cedo, ainda na adolescência, ocorrendo muitas vezes gravidez e aborto, o que influi nos padrões do casamento, tornando aceitável a convivência entre parceiros, sejam adolescentes, sejam adultos, desde que ele foi esvaziado de sua função procriativa.

Cada vez mais as mulheres ocupam posições de chefia na vida profissional, bem como cargos políticos, o que muda também a configuração familiar, com a introdução de cuidados alternativos para a prole, e maior responsabilidade dos pais frente às rotinas familiares.

Nos segmentos menos favorecidos da população, o número de famílias chefiadas por mulheres é maior, observando-se nessa família uma sobrecarga muito grande da mulher, tanto pela obrigatoriedade de prover essa prole numerosa, como pela necessidade de abrigar maior número de pessoas mais velhas sob seus cuidados, bem como filhos jovens sem trabalho.

Desemprego, má nutrição, maior número de filhos durante a adolescência, maior taxa de mortalidade infantil, maior instabilidade nas relações, abuso de drogas, maior violência, estresse de moradia inadequada e de dívidas constantes, baixo poder aquisitivo, constante falta de dinheiro e pouquíssimas opções de lazer fazem com que o ciclo vital dessas famílias seja uma seqüência de crises que não raro ultrapassam os limites da capacidade adaptativa do sistema familiar.

Além disso, problemas de discriminação, pouca oportunidade de educação, má assistência à saúde e um ambiente que chega a ameaçar a sobrevivência tornam essas famílias sujeitos das agências públicas de assistência, casos em que muitas vezes o psicólogo acredita não ter o que fazer. Porém, se algumas necessidades evolutivas básicas foram atendidas, tais famílias poderão se beneficiar de uma assistência psicológica.

A Terapia Familiar não é panacéia mas pode ajudar a conseguir um grau mais saudável de funcionamento, nos limites das possibilidades da família. É muito útil, inclusive, para auxiliá-la na relação com os meios assistenciais, a fim de receber adequadamente aquilo a que tem direito. Sobretudo, a Terapia Familiar

pode ajudar a desenvolver mais o respeito por si mesmo, diminuir o sentimento de desamparo, aumentar e apoiar sua esperança numa vida melhor.

Enfim, entre as famílias que vivem em diversos níveis de pobreza, certamente há muitas que são disfuncionais, multiproblemáticas, não apenas pelo fato de serem pobres, mas pelas condições ultra-estressantes e ameaçadoras de seu ambiente. Entretanto, é certo também que se encontra entre as famílias de classe média (padrão) muitas que são tão ou mais multiproblemáticas e disfuncionais.

Em decorrência de tudo isso, a mais importante conclusão a que se pode chegar é que o terapeuta

familiar precisa abandonar cada vez mais a idéia de uma família "normal" pela ausência de problemas.

Todas as famílias têm problemas mais ou menos sérios; todas as famílias têm condições de enfrentamento das situações críticas da vida, maiores ou menores, porém, cada família tem suas peculiaridades, seus padrões interacionais específicos. A leitura sistêmica, de uma posição construtivista/construcionista, permite ao terapeuta familiar, como parte do sistema observante, construir com cada família novas alternativas possíveis, promovendo a mudança da história que contam e que se baseia em como se vêem e como vêem o mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- CARNEIRO, M. J. A Desagradável família de Nelson Rodrigues. In: FIGUEIRA, S. *Uma Nova família?* Rio de Janeiro: Zahar, 1986.
- CARTER, B., MCGOLDRICK, M. (eds.). *The Changing family life cycle*. Nova York: Gardner Press, 1989.
- FALICOV, C. *Family transitions*. Nova York: The Guilford Press, 1988.
- FIGUEIRA, S. A. (org.). *Uma Nova família? O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.
- MACEDO, R.M. O Jovem na família. In: SIMPÓSIO DE PESQUISA E INTERCÂMBIO CIENTÍFICO DA ANPEPP, III *Anais*. São Paulo: PUC, 1990.
- _____. A Pesquisa sobre família em Psicologia a partir da década de 80. *Cadernos da ANPEPP*, São Paulo, n. 2, p.91-120, 1993.
- MINUCHIN, S. et al. *Families of the slums*. Nova York: Basic Books, 1967.
- MINUCHIN, S. *Families and Family Therapy*. Cambridge: Harvard Press, 1976.
- MINUCHIN, S., FISHMAN, R. *Techniques of Family Therapy*. Nova York: Guilford Press, 1976.
- REISS, D. *The Family's construction of reality*. Cambridge: Harvard University Press, 1981.
- POSTER, M. *Teoria crítica da família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- SAMARA, Eni M. De que família estamos falando? Mesa Redonda da XLIII Reunião da SBPC. Rio de Janeiro: 1991.
- SLUSKY, C. E. Therapy: toward an integration of systemic models. *Family Process*, v.4, n. 22, 1983. Process, structure and world-views.
- WATZLAWICK, P., BEAVIN J., JACKSON, D. *Pragmatics of human communication*. Nova York: W.W. Norton, 1967.
-